

RELATÓRIO DE CONTAS 2019



CENTRO
COMUNITÁRIO
PAROQUIAL
DE FAMÕES

"FAZEI TUDO O QUE ELE VOS DISSER (JO 2,5)"

1. APRESENTAÇÃO DO CCPF

O Centro Comunitário Paroquial de Famões é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, ereta canonicamente a 25/05/1998 pelo Patriarcado de Lisboa, estando em conformidade com o disposto nos Estatutos aprovado pelo decreto-lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro, alterado pelo decreto-lei n.º 402/85 de 11 de Outubro, estando registada no livro n.º 5 das Fundações de Solidariedade Social, sob o n.º 22/99 a fls. 187 em 28/6/99, sendo reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

O Centro rege-se sob uma visão, uma missão e determinados valores.

- a) Missão: Promover ações de intervenção social em parceria com a comunidade tendo em vista o bem comum e a qualidade de vida dos cidadãos.
- b) Visão: Pretende ser uma instituição de referência no concelho dando continuidade a um serviço cada vez mais qualificado com vista à certificação da oferta e à satisfação do utente.
- c) Valores: Respeita a dignidade e a diversidade da pessoa humana, promovendo a solidariedade e o empoderamento das famílias, adotando uma lógica de qualidade e melhoria contínua.

O CCPF atua nas seguintes respostas sociais:

- Unidade de Apoio à Infância e Família, com as respostas sociais berçário, creche, pré-escolar e apoio à atividade escolar e familiar (AAAF, CAF e CATL);
- Unidade de Apoio à Dependência, com as respostas sociais Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário;
- Unidade de Apoio ao Desenvolvimento e Inserção Social com Protocolo RSI e Emergência Alimentar (POAPMC, Banco Alimentar e Cantina Social).

O CCPF tem a sua sede em Famões (Pólo de São Miguel), dispondo ainda de mais dois edifícios para dar suporte à sua atividade: Polo de São Rafael (no Casal da Silveira) e Polo de São Gabriel (em Odivelas).

Na sede em Famões, para além da sua Direcção Executiva, da Secretaria e do Apoio Logístico, situam-se ainda uma creche com berçário, o Centro de Dia e toda a Unidade de Apoio ao Desenvolvimento e Inserção Social.

No Polo de S. Rafael, está instalada a Unidade de Confeção Alimentar do CCPF, responsável pela confeção de cerca de 9.500 refeições por mês, e ainda, uma unidade de pré-escolar e Serviço de Apoio Domiciliário.

No centro da cidade de Odivelas localiza-se o Polo de S. Gabriel que dá resposta a esta comunidade com creche com berçário, pré-escolar e Serviço de Apoio Domiciliário.

Para além dos três polos acima mencionados, o Centro está ainda presente em cinco escolas básicas do 1.º Ciclo do concelho de Odivelas, com as respostas sociais de AAAF, CAF e/ou CATL: nas EB1/JI Quinta das Dálias, Sophia de Mello Breyner Andresen e Casais de Trigache, pertencentes ao Agrupamento de Escolas do Sudoeste de Odivelas; e nas EB1/JI Quinta da Paiã e Vale Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Braamcamp Freire.

Para desenvolver todas estas atividades, o CCPF conta com cerca de 129 funcionários no seu quadro, cerca de 20 trabalhadores independentes e ainda de cerca de 15 voluntários, todos eles essenciais ao funcionamento de todas as respostas abrangendo os territórios da União de Freguesias de Pontinha e Famões e da Freguesia de Odivelas, num total de cerca de 900 utentes.

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019

O ano de 2019 foi marcado pela manutenção das atividades que se iniciaram em anos anteriores, nomeadamente a consolidação das atividades do Polo de S. Gabriel localizado em Odivelas e a coordenação e mediação do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC) para Odivelas, que presta apoio a cerca de 898 utentes, dos quais 220 são da responsabilidade direta do CCPF.

O Centro continuou a apoiar, através do Banco alimentar contra a Fome de Lisboa, cerca de 100 famílias na Freguesia de Famões e de 40 famílias na freguesia da Pontinha.

O apoio na área da emergência alimentar, com o programa das Cantinas Sociais manteve a sua atividade apesar de se ter assistido a uma redução significativa do número de refeições, tendo o fornecimento sido reduzido das 1.800 refeições por mês para cerca de 850 refeições/mês, em virtude do aumento de atividade no POAPMC.

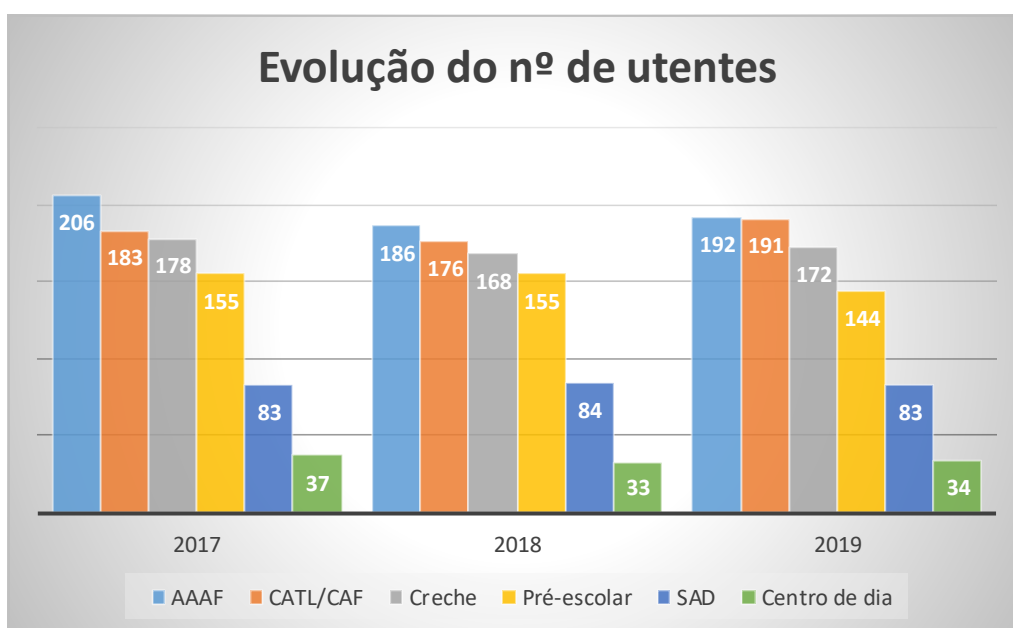
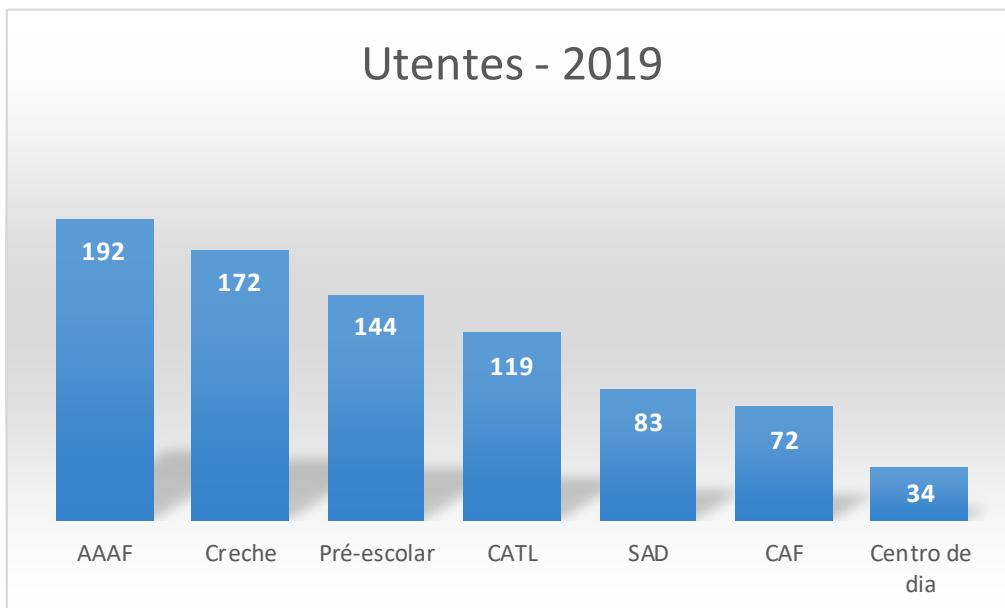
Deu-se a conclusão do CLDS, na sua 3.^a geração, projeto coordenado pelo CCPF em parceria com o Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião e com a Delegação de Lisboa da Cruz Vermelha Portuguesa. Este programa visava medidas de formação e educação de adultos, promoção da inserção profissional, formação para a parentalidade, capacitação através da promoção do associativismo, e formação específica para as TIC, para os bairros da Vertente Sul de Odivelas, no interface com a cidade de Lisboa.

Todas estas atividades implicaram, ao nível da gestão, a implementação de um conjunto de procedimentos com vista a uma maior eficácia e produtividade, contribuindo igualmente para uma boa prestação de serviços aos nossos utentes.

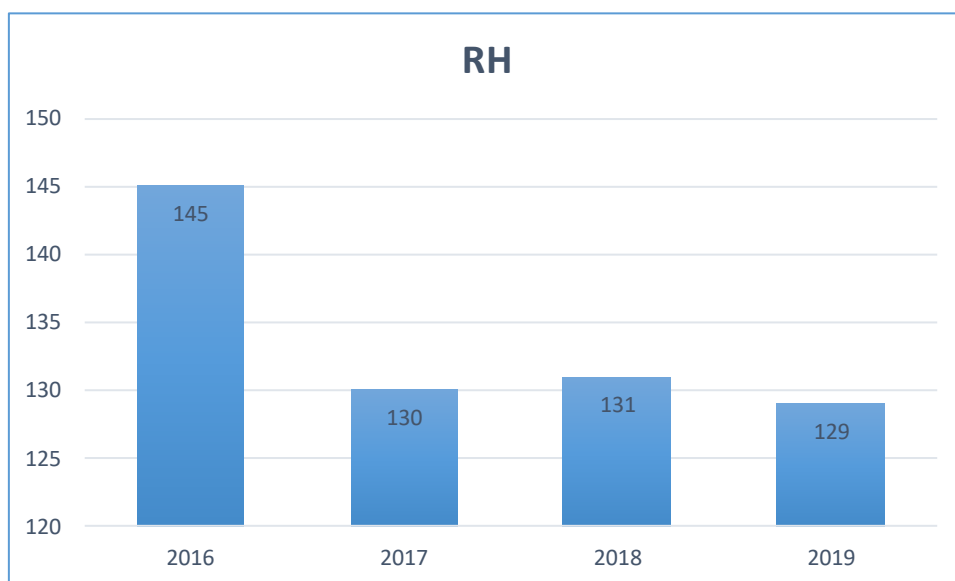
Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e patrocinadores, todo o trabalho efetuado em prol daqueles que nos procuram e que mais necessitam de nós.

Os próximos anos são de consolidação das respostas sociais de apoio à população do concelho de Odivelas e, tal como diz o nosso moto: “Fazei tudo o que Ele vos disser”.

3. INDICADORES OPERACIONAIS (EVOLUÇÃO DO Nº DE UTENTES)

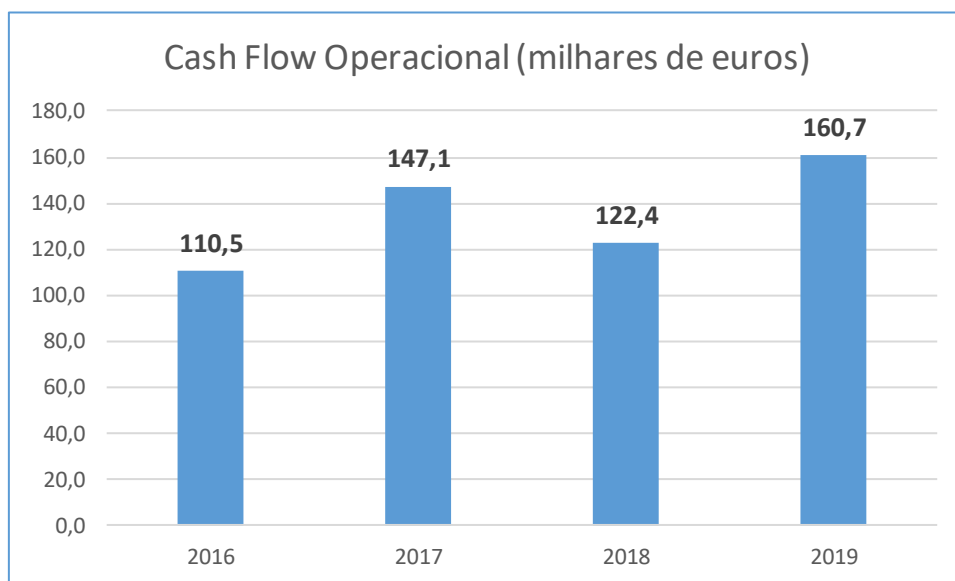
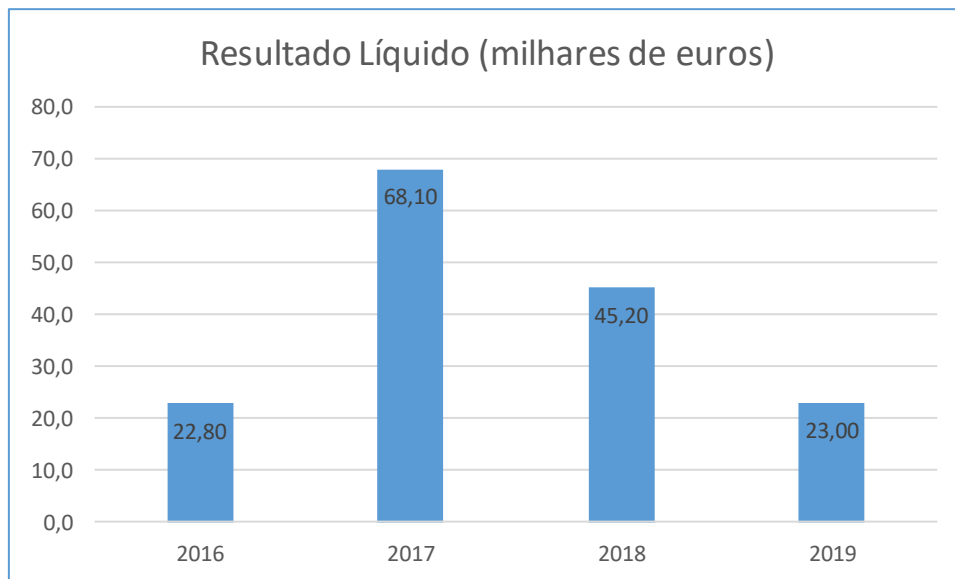


4. RECURSOS HUMANOS



5. INDICADORES FINANCEIROS





6. RESUMO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1 617 468,03	1 669 256,05
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		485,00	827,41
Investimentos financeiros		13 599,94	9 661,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1 631 552,97	1 679 744,94
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber		88 468,93	91 461,21
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Gastos a reconhecer		261,34	603,93
Caixa e depósitos bancários		248 229,78	221 632,62
Estado e Outros entes públicos		6 106,44	19 087,59
Outros Activos correntes		380 009,37	434 265,82
Pessoal - Div. Tribunal		0,00	0,00
		723 075,86	767 051,17
Total do ativo		2 354 628,83	2 446 796,11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		1 914,42	1 914,42
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		189 308,32	144 111,43
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		686 922,01	708 048,25
		878 144,75	854 074,10
Resultado líquido do período		22 997,54	45 196,89
Total dos fundos patrimoniais		901 142,29	899 270,99
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		635 987,66	691 165,16
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		635 987,66	691 165,16
Passivo corrente			
Fornecedores		21 349,91	28 668,99
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Rendimentos a reconhecer		0,00	87 570,07
Estado e outros entes públicos		48 177,43	42 706,92
Outros passivos correntes		747 971,54	697 413,98
		817 498,88	856 359,96
Total do passivo		1 453 486,54	1 547 525,12
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 354 628,83	2 446 796,11

A Direcção

O responsável

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		742.897,59	652.739,98
Subsídios, doações e legados à exploração		1.903.071,01	1.956.197,29
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		2.748,94	2.330,60
Fornecimentos e serviços externos		688.488,07	691.165,35
Gastos com o pessoal		1.848.698,60	1.729.681,87
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		54.645,25	42.248,53
Outros gastos		57.863,91	105.657,61
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		102.814,33	122.350,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		66.795,70	62.979,41
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		36.018,63	59.370,96
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	7,57
Juros e gastos similares suportados		13.021,09	14.181,64
Resultados antes de impostos		22.997,54	45.196,89
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		22.997,54	45.196,89

ANEXO

Exercício de 2019

1. Identificação da entidade:

1 – Designação da entidade: Centro Comunitário e Paroquial de Famões

2 – Sede: Rua do Centro Comunitário Paroquial, 1 – Quinta das Comendadeiras 1685-244 Famões

3 – Natureza da actividade: Acção social para crianças e idosos, sem alojamento

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Entidade ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2019.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF-ESNL – divulgação transitória:

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano Oficial de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social - POCIPSS) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012.

Salientamos que as demonstrações financeiras do ano de 2012 foram as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as NCRF-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção, nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer ao nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes desta mesma informação.

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes da informação em geral, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a cabo de forma consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. De ressaltar que o custo histórico não inclui o respectivo valor do IVA nos casos em que foi solicitada a restituição deste imposto ao abrigo do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que estas reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo utilizadas as seguintes taxas:

Edifícios e outras construções	8-50 anos
Equipamento básico	4-8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1-10 anos
Outros AFT	4-5 anos

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos. Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o Estado ou outro instituidor, ou a norma legal aplicável a cada entidade, estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios do Estado

Os subsídios do Estado são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação.

Neste exercício, a Entidade não reconheceu nenhuma Provisão, isto é, não foram identificadas obrigações presentes resultantes de algum evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Estado e outros entes públicos

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;

Assim, o Centro Comunitário e Paroquial de Famões encontra-se isento de IRC ao abrigo do atrás descrito.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário dos Órgãos Sociais sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2019	2018
Numerário	526,46	711,08
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	247 703,32	220 921,54
Outras disponibilidades	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	248 229,78	221 632,62
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	248 229,78	221 632,62
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

5. Activos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de activos fixos tangíveis:

Movimentos	Rubricas							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
Saldo inicial								
Valor de aquisição	0,00	1 959 914,85	180 413,93	92 268,26	146 974,48	18 131,89	0,00	2 397 703,41
Depreciação acumulada	0,00	-329 944,60	-163 626,28	-74 554,28	-144 026,05	-16 296,24	0,00	-728 447,45
Valor líquido inicial	0,00	1 629 970,25	16 787,65	17 713,98	2 948,43	1 835,65	0,00	1 669 255,96
Movimentos do ano:								
Aquisições	0,00	0,00	11 040,63	0,00	3 624,64	0,00	0,00	14 665,27
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	-42 860,47	-12 972,64	-5 701,06	-4 891,06	-28,06	0,00	-66 453,29
Reg. da deprec. alienações	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	0,00	-42 860,47	-1 932,01	-5 701,06	-1 266,42	-28,06	0,00	-51 788,02
Saldo final								
Valor de aquisição	0,00	1 959 914,85	191 454,56	92 268,26	150 599,12	18 131,89	0,00	2 412 368,68
Depreciação acumulada	0,00	-372 805,07	-176 598,92	-80 255,34	-148 917,11	-16 324,30	0,00	-794 900,74
Valor líquido final	0,00	1 587 109,78	14 855,64	12 012,92	1 682,01	1 807,59	0,00	1 617 467,94

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Existem activos (edifícios e outras construções), dados como garantia de passivos, financeiros.

5.3 – Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período:

A depreciação reconhecida como custo no ano é de 66.795,70 euros.

5.4 – Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural:

Não existem bens desta natureza.

6. Inventários:

6.1 – Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local actual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

6.2 – Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Categoria de inventários	2019	2018
<u>Mercadorias:</u>		
Mercadorias	0,00	0,00
Valor final de Mercadorias	0,00	0,00
<u>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</u>		
Matérias primas	0,00	0,00
Valor final de PTC	0,00	0,00
Valor bruto inventários	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas inventários	0,00	0,00
Valor líquido inventários	0,00	0,00

6.3 – Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

Natureza	2019	2018
Inventário inicial	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
Inventário final	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00

7. Clientes e outras contas a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de créditos a receber é o seguinte:

Natureza	2019	2018
Clientes/utentes conta corrente	86 858,90	89 043,35
Clientes/utentes de cobrança duvidosa	3 032,36	3 032,36
Total bruto	89 891,26	92 075,71
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total líquido	89 891,26	92 075,71

A exposição da Entidade ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Entidade de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Entidade entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor. A 31 de Dezembro 2019 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

O detalhe dos outros activos correntes é:

Natureza	2019	2018
Adiantamentos operações com outro pessoal	0,00	0,00
Devedores por acréscimos	4 568,50	25 221,00
Entidades devedoras por subsídios	222 179,77	299 884,82
Outros devedores	153 261,10	109 160,00
Total	380 009,37	434 265,82

8. Fundos Patrimoniais:

A variação ocorrida, nos anos de 2018 e 2019, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações nos Fundos Próprios.

9. Fornecedores e outras contas a pagar:

9.1 — Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como se segue:

Natureza	2019	2018
Fornecedores conta corrente	21 349,91	28 668,99
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Total	21 349,91	28 668,99
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Os outros passivos correntes apresentam-se como se segue:

Natureza	2019	2018
Credores por acréscimos	211 873,44	213 798,13
Pessoal	351,65	8 100,37
Outros Credores	505 746,19	449 356,43
Adiantamentos de clientes	31 618,57	26 159,05
Total	749 589,85	697 413,98

Em 2016 a Instituição iniciou uma parceria com o Centro Social e Paroquial de Póvoa de Santo Adrião e com a Cruz Vermelha Portuguesa, ao abrigo do programa CLDS 3G. Este projecto terá a duração de 3 anos, terminando em 2019.

10. Estado e outros entes públicos:

A rubrica do Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	Activo corrente	Passivo corrente
Retenção de impostos sobre rendimentos	61,47	7 270,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	6 044,97	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	40 354,88
Outras tributações – FCT/FGCT	0,00	552,55
Total	6 106,44	48 177,43

A Instituição não tem dívidas à Autoridade Tributária (AT) nem ao Instituto da Segurança Social.

11. Financiamentos obtidos:

Os financiamentos obtidos respeitam às seguintes dívidas:

Tipo de financiamento obtido	Passivo não corrente	Passivo corrente	Total
Empréstimos bancários	478 957,34	50 280,32	529 237,66
Total	529 171,66	49 243,50	578 415,16

Refira-se que existe um empréstimo no valor de 35.500,00 euros de um particular (23.500,00 euros como passivo não corrente e 12.000,00 euros como passivo corrente).

Refira-se que existe um empréstimo da Fábrica da Igreja da Paróquia da Nossa Senhora do Rosário de Famões no valor de 71.250,00 euros (na totalidade passivo não corrente).

11.1 – Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos foram reconhecidos como um gasto no período no valor de 13.021,09 euros, não tendo havido imputação directa de juros ao custo da obra recentemente finalizada.

12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são

transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2019	2018
Prestações de serviços:		
Mensalidade e inscrições	742 897,59	652 739,98
Quotizações	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Comparticipação de utentes	0,00	0,00
Total de prestação de serviços	742 897,59	652 739,98
Outros rendimentos e ganhos:		
Rendimentos suplementares	922,19	1 458,06
Correções relativas a períodos anteriores	34 361,48	12 887,70
Imputação de subsídios para investimentos	17 229,96	23 097,96
Outros	2 131,62	4 804,81
Total de outros rendimentos e ganhos	54 645,25	42 248,53
Juros, dividendos e outros rendimentos:		
Juros obtidos	0,00	7,57
Outros rendimentos e ganhos de financiamento	0,00	0,00
Total de juros, dividendos e outros rendimentos	0,00	7,57

13. Subsídios, doações e legados à exploração:

13.1 — Política contabilística adoptada para os subsídios do Estado, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Estado são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Estado relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Estado relacionados com activos são inicialmente contabilizados nos Fundos patrimoniais e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do activo caso sejam activos depreciáveis ou amortizáveis, ou, mantidos nos Fundos patrimoniais, caso esses activos não sejam depreciáveis ou não amortizáveis.

13.2 — Natureza e extensão dos subsídios do Estado reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Estado de que directamente se beneficiou.

Os rendimentos provenientes dos Subsídios decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 846 977,11	1 880 368,34
Subsídios de outras entidades	0,00	17 120,00
Doações e heranças (donativos)	56 093,90	58 708,95
Outros	0,00	0,00
Total	1 903 071,01	1 956 197,29

As outras variações nos fundos patrimoniais respeitam a subsídios e doações, conforme se segue:

Descrição	2019	2018
<u>Subsídios:</u>		
CLDS (Jogos Sociais)	0,00	0,00
Pares Obras	544 575,50	557 645,42
C.M. Odivelas	125 000,00	128 000,00
Pares Mobiliário	0,00	3 896,28
Associação D.Pedro V (Obras)	12 618,00	12 900,00
Associação D.Pedro V (Equipamento básico)	0,00	872,44
<u>Doações:</u>		
Outros	4 734,11	4 734,11
Total	686 927,61	708 048,25

13.3 — Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Estado que foram reconhecidas.

Não aplicável.

13.4 — Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

O Centro Comunitário e Paroquial de Famões tem obtido diversos apoios referentes a géneros alimentares, nomeadamente, através do Pingo Doce.

13.5 — Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos têm sido o Instituto da Segurança Social, através do Programa PARES e dos diversos protocolos existentes, o Município de Odivelas que apoiou igualmente a construção das novas instalações e apoia as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC's).

14. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	251 447,82	223 474,22
Serviços especializados	291 943,38	310 954,30
Materiais	15 506,95	22 327,10
Energia e fluídos	51 493,26	50 809,62
Deslocações e estadas	7 897,40	14 474,76
Serviços diversos	70 199,26	69 149,58
Total	688 488,07	691 189,58

15. Gastos com pessoal:

Os gastos com pessoal decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Remunerações do pessoal	1 510 140,96	1 385 442,09
Indemnizações	10 473,39	17 487,25
Encargos sobre remunerações	305 658,03	303 153,82
Seguros de acidentes de trabalho	21 053,27	20 466,13
Outros gastos com o pessoal	1 372,95	3 131,68
Total	1 848 698,60	1 729 680,97

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 129.

16. Acontecimentos após a data do balanço:

16.1 — Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da Direcção.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

A Direcção detém o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2 — Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direcção

Contabilista Certificado